

A (RE)ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE UBERLÂNDIA-MG: uma análise a partir dos processos de centralização e descentralização

Lidiane Aparecida Alves

Mestranda do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.
lidianeaa@yahoo.com.br

Vitor Ribeiro Filho

Professor Doutor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.
vitor.f@terra.com.br

Resumo

O espaço urbano visto enquanto concretização dos processos sócio-espaciais, apresenta-se dinâmico, pois o modo de produção capitalista imprime à sociedade transformações. Em consequência da dinamicidade, o espaço urbano é suscetível a constantes transformações, as quais são refletidas em processos espaciais que permitem a (re) estruturação urbana das atividades de comércio e serviços. A fim de compreender esse processo pelo qual passam as cidades, torna-se necessário levar em consideração as modificações nos padrões econômicos e sociais. Outrossim, esse fenômeno pode ser compreendido mediante o processo descentralização das atividades centrais e a formação das novas centralidades, as quais transformam a estrutura da cidade e, (re)definem as funções da área central. O presente estudo busca analisar a ocorrência desses processos na cidade de Uberlândia-MG, considerando os subcentros tradicionais presentes nesta cidade. A intensificação desses processos nas cidades médias aconteceu após a década de 1970, quando, conforme coloca Andrade e Serra (2001), impulsionado por elementos como a desconcentração industrial, expansão da fronteira agrícola, busca por melhor qualidade de vida, dentre outros, inicia o processo de reversão da polarização da população nas metrópoles para as cidades médias, possibilitando o crescimento populacional das mesmas.

Palavras-Chave: (Re) estruturação, Espaço Urbano, Centralização e Descentralização.

THE (RE)STRUCTURING OF THE URBAN SPACE OF UBERLÂNDIA-MG: an analysis from the processes of centralization and decentralization

Abstract

The urban space, while materialization the socio and spatial processes, is dynamic, because the capitalist mode of production gives to society that dynamic. As consequence of this dynamic, the urban space is susceptible to constant changes, which are reflected in space processes that allow the (re) structuring of urban activities on trade and services. So that to understand this process of (re) structure that serves the cities, it is necessary to take into account the changes in economic and social patterns. Similar, this phenomenon can be understood through the process of decentralization activities central and training of new centralities, which transforms the commercial structure of the city and (re) define the functions of the central area. This study hunt to analyze the occurrence of such cases in the city of Uberlândia-MG, considering the traditional subcentros in this city. The intensification

of these processes in cities medium-sized happened after the 1970 decade, when, according to Andrade and Serra (2001), propel by factors such as the devolution industry, expansion of the agricultural frontier search for better quality of life, among others, starts the process of reversal of polarization of the population from to cities medium-sized, allowing the population growth of the cities medium-sized.

Key Words: (Re) structuring, Urban Space, Centralization, Decentralization.

A (re)estruturação Urbana: Processos e Formas

O espaço urbano apresenta-se dinâmico, cuja dinamicidade é atribuída ao fato desse espaço ser reflexo de processos sociais, econômicos e políticos. Sendo assim, o modo capitalista de produção impulsiona constantes transformações na sociedade, as quais contribuem para a ocorrência de reestruturações urbanas.

Segundo Corrêa (2005), o espaço urbano visto enquanto expressão dos processos sociais e econômicos apresenta formas, movimentos e conteúdos com os mais distintos usos articulados entre si. Compreender os processos espaciais – centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia (CORRÊA, 2005) -, permite o entendimento do que ocorre no espaço em relação aos processos de (re) estruturação espacial.

A cidade, enquanto espaço de produção e consumo de capitais, de acordo com Santos (1994), constitui em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Dessa forma, o capital se move, privilegiando áreas onde possa garantir a sua valorização.

A fim de compreender as transformações sofridas pelo espaço urbano, para Spósito (1991) é imprescindível o entendimento do papel desempenhado pelo centro/centralidade urbana. Com efeito, o centro/centralidade resulta do crescimento territorial das cidades, bem como, é a partir dele que a expansão urbana ocorre. Dessa forma, a autora considera que para apreender qualquer processo/aspecto/faceta do espaço urbano é necessário remeter à análise da área central, vista como o todo. Entende-se que, para a compreensão da totalidade é necessário considerar mais do que a soma das partes. Sob essa ótica, o centro é fruto da articulação de atividades econômicas e sociais reflete toda a cidade. Podendo designar ao mesmo tempo, um local geográfico e um conteúdo social, e, desempenhar um papel ao mesmo tempo integrador e simbólico.

Devido ao seu importante papel frente à estrutura intra-urbana e à hinterlândia da cidade, a área central constitui temática de vários estudiosos do espaço urbano, cujos autores atribuem à área central características distintas. Neste sentido, Santos apud Spósito (1991, p.2) considera que

Nos países subdesenvolvidos suas características mais marcantes são de constituir o nódulo principal da rede de vias urbanas (...) e de apresentar uma forte concentração de serviços e de todos os níveis, especialmente comércios. Em certo número de cidades, especialmente nas de importância média ou nas que desenvolveram muito rápido, o centro é único e monopoliza todas as funções correspondentes: serviços urbanos e serviços à escala da região ou do país. (SANTOS *apud* SPOSITO, 1991. p.2).

Assim, a área central constitui o ponto de concentração, convergência/divergência de fluxos diversos da cidade, sendo o nó do sistema de circulação. E não coincide, necessariamente, com o centro geográfico e/ou com o sítio histórico da cidade (SPOSITO, 1991). No entanto, no caso de Uberlândia-MG, pode-se inferir que a área central dessa cidade coincide com seu centro histórico.

Segundo Corrêa (1995) a emergência do processo de centralização e a gênese da Área Central, estão relacionadas com o modo capitalista de produção. Por meio dessa área de concentração de atividades de comércio e serviços e terminais de transportes, a cidade garantia sua conexão com a hinterlândia. Em decorrência disso, a área central tornou-se a área de maior acessibilidade no espaço urbano.

Já Villaça (2001), ao considerar a origem da área central, adota a perspectiva de que as áreas constituem-se em ou deixam de ser centrais, dependendo da presença de fixos que viabilizem a aglomeração e da possibilidade da sociedade arcar com os custos da aglomeração. Neste sentido, como nem todos conseguem manter-se aglomerados, alguns são obrigados a se afastar do centro. Assim, a partir desse processo constitui-se a área central.

Neste contexto, para Castells *apud* Spósito (1991), o modo capitalista de produção conduz a uma concentração de capitais e conseqüentemente a uma especialização dos lugares. Assim, para a compreensão das transformações dos centros urbanos deve-se considerar o processo de constituição da centralidade, pois:

A centralidade urbana proveio, em primeiro lugar, da expressão a nível de espaço do que os estudiosos chamam a algum tempo de divisão social do espaço. Quer dizer, à medida que há distintas atividades e distintos níveis sociais ligados a estas atividades, esta divisão se espacializa e, ao espacializar-se, tem, a um só tempo, elementos de diferenciação, tanto a nível social como espacial. (CASTELLS *apud* SPOSITO. 1991, p.7).

A primazia da área central na acessibilidade urbana foi responsável pela valorização e pela geração da economia de aglomeração na mesma. Contudo, em conseqüência das transformações atravessadas pela sociedade, essa característica da área central, possibilitou

que somente as atividades que fossem capazes de converter os benefícios da acessibilidade em potencialidade para a maximização da lucratividade, permanecessem nesta área.

Dessa forma, verifica-se que permaneceram na área central, basicamente, as atividades de gestão, escritórios especializados, de administração pública, e aquelas, sobretudo comerciais, destinadas às pessoas de baixo poder aquisitivo e que utilizam o transporte público coletivo. Enquanto as atividades industriais e de lazer, buscaram por novas áreas para se instalarem. Com efeito, a área central sofre esvaziamento das atividades que anteriormente eram tipicamente centrais e que condicionavam a utilização do espaço, passando por um processo de refuncionalização de atividades.

Corrêa (2005, p.129) denomina esse processo de descentralização, e o caracteriza como:

(...) um processo espacial associado às deseconomias de aglomeração da Área Central, ao crescimento demográfico e espacial da cidade, inserindo-se no processo de acumulação de capital. De certa forma repete o fenômeno da centralização tornando a organização espacial da cidade mais complexa, com o aparecimento de subcentros comerciais e áreas industriais não-centrais (CORRÊA, 2005, p.129).

O processo de descentralização, conforme apontou Duarte (1974), pode se concretizar de forma espontânea, com posterior intervenção do poder público. Neste caso, o processo inicia-se com as atividades comerciais varejistas. Ou, pode ocorrer de forma planejada, a fim de suprir novas necessidades surgidas pelo crescimento urbano.

A dinamicidade urbana possibilita que as atividades se desloquem no espaço urbano ao longo do tempo. Assim, de acordo com estudiosos como Santos (1958), Engels (1985) e Cordeiro (1992) anteriormente prevalecia a concentração de atividades em um único centro, a monocentralidade, que, monopolizava e concentrava todas as atividades de comércio e serviços da cidade na área central. Posteriormente, o centro passa por um processo de perda de algumas atividades, devido a fatores, como: as deseconomias de aglomeração e as inovações tecnológicas, que possibilitaram deslocamento de algumas atividades que já não conseguiam mais maximizar os lucros localizadas na área central, bem como a especialização do centro nas atividades de gestão e informação, conforme apontado por Santos (1958) e Cordeiro (1992) ao estudar os centros de Salvador e São Paulo, respectivamente.

O processo de descentralização, de acordo com Corrêa (2005), é favorecido por dois vieses, de um lado as deseconomias de aglomeração geradas pela excessiva centralização, em conseqüência do aumento dos preços de impostos e alugueis e custos da terra; congestionamentos; ausência de espaços para a expansão das atividades; restrições legais e

perdas de amenidades. E, por outro lado por fatores atrativos como: terras não ocupadas a baixos preços e custos de impostos; infra-estrutura implantada; facilidade de transportes; qualidades atrativas do sítio urbano como a topografia; controle de uso da terra e amenidades físicas e sociais nas áreas não centrais.

Além desses fatores, cabe destacar também outros fenômenos que marcam as transformações do espaço urbano, e, por conseguinte, as relações estabelecidas entre a área central e as demais áreas que compõem o espaço urbano. Entre esses fenômenos está a mudança no padrão de mobilidade da população, cada vez mais concentrado no privado; a expansão urbana, demográfica e espacial; alterações nos padrões de consumo e segregação sócio-espacial; e perdas das funções de administração pública que se dispersaram pela cidade (RIGATTI, 2003).

Como consequência do processo de descentralização, surgem as novas áreas de comércio e serviços, criando assim as novas centralidades, ou novas áreas de centralidades, conforme a denominação usada por Tourinho (2006).

Ao examinar como as centralidades comportam-se ao longo do tempo Read *apud* Rigatti (2003, p. 7), considera que:

A centralidade urbana é construída sobre fluxos de movimentos e padrões atividades no interior da malha urbana. É construída sobre uma dinâmica e é, ela mesma, dinâmica. Uma concepção de centralidade e de lugar urbano fundados nessas idéias pode, como é proposto, também oferecer uma base para investigar as alterações de destino de centros urbanos e localizações, na medida em que respondem por mudanças nas escalas e circuitos desses fluxos na cidade e região, como também respondem aos circuitos e fluxos de outros processos sociais e econômicos, do mesmo modo que afetam escalas, velocidades e alcance dos padrões cotidianos de movimento. (READ *apud* RIGATTI, 2003, p.7).

Diante disso, essas novas centralidades estão relacionadas com a acessibilidade às áreas de concentração de comércio e serviços. Elas também estão à mercê da dinâmica urbana, pois se configuram a partir da presença de fixos, bem como de fluxos e interligações com as demais áreas do espaço urbano. No decorrer do tempo, buscam garantir a manutenção dessa acessibilidade mesmo com as transformações ocorridas.

Sob a perspectiva da acumulação capitalista, típica do capitalismo monopolista, o processo de reprodução de capitais ganhou um novo impulso no cenário mundial a partir dos processos de descentralização; esta nova configuração empresarial, caracterizada pela dispersão espacial das firmas, também se reproduziu em escala intra-urbana. Desse modo, a dispersão das empresas favoreceu o surgimento de uma relação mais próxima com os

mercados consumidores urbanos, também dispersos espacialmente, do mesmo modo que reduziu a competitividade na medida em que intensificou a reprodução dos capitais. Outrossim, a descentralização favoreceu a criação de redes com filiais das firmas ou mesmo matrizes nas áreas não centrais, mas com a gestão na área central. Neste sentido, por meio do centro e das novas centralidades, foi assegurada a expansão do consumo, essencial na atual fase do capitalismo.

Entre as novas centralidades surgidas a partir da concretização do processo de descentralização, destacam-se os subcentros, eixos comerciais, áreas comerciais especializadas e os shopping centers. Essas novas centralidades servem aos interesses dos proprietários e incorporadores imobiliários e são responsáveis pela realocação de atividades tipicamente centrais, gerando modificações nas funções urbanas.

A emergência dos subcentros, enquanto expressão de novas centralidades merece destaque. Esses foram caracterizados por Sposito (1991) como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas.

Os subcentros localizam-se em áreas distantes do centro, que possuem alta densidade habitacional, desse modo formam nódulos do sistema de transporte público coletivo. Assim para Villaça (2001), os subcentros são as aglomerações diversificadas das atividades de comércio e serviços, que apresentam um papel complementar ao centro. Estes são, portanto, réplicas em tamanho menor do centro principal.

Duarte (1974) usa a terminologia “centros funcionais” para se referir aos subcentros, os quais são caracterizados como pontos de concentração de atividades terciárias e distribuição de bens e serviços. Essas atividades terciárias reunidas exercem poder de atração, e os bens e serviços de consumo cotidiano embora presentes nos “centros funcionais” não os caracterizam, pois é necessário estar presentes num mesmo local múltiplas funções como atividades comerciais de consumo freqüente e pouco freqüente.

Dependendo do grau de desenvolvimento alcançado, em relação à freqüência e à especialização das atividades terciárias, os subcentros oferecem ao espaço em seu entorno uma maior ou menor gama de serviços; tanto os mais básicos - de consumo cotidiano -, quanto os de caráter mais especializado, como por exemplo, serviços de recreação, médicos e educacionais.

Dentre as atividades que, aglomeradas num mesmo local, possibilitam a constituição dos subcentros, Duarte (1974), considera as seguintes: comércio especializado, como livrarias, lojas de instrumentos musicais, tapetes, ópticas, lustres e etc; serviços financeiros,

como bancos e agências de financiamento; serviços profissionais superiores, como consultórios e escritórios; serviços de divulgação, cultura e recreação como cursos especializados, agências de jornais e estabelecimentos de diversões.

Além de enumerar as tipologias de atividades características dos subcentros, autora supracitada, também leva em consideração a frequência de consumo, a qual foi classificada em quatro categorias, a saber: o comércio e consumo cotidiano, o comércio de consumo pouco freqüente, o comércio de consumo raro.

De acordo com essas categorias de consumo no comércio, tem-se que os subcentros são caracterizados pelos comércios de consumo freqüente e pouco freqüente, uma vez que o comércio de consumo cotidiano, também chamado de comércio de bairro e representado pelas vendas de produtos de primeira necessidade - mercearias, açougues, padarias e etc - são encontrados em toda a cidade. E, o comércio de consumo raro, destina-se a um público restrito e por isso tende a localizar-se em áreas e eixos especializados.

Considerando a frequência das funções dos subcentros, estes podem ser classificados e hierarquizados, sendo decisiva nessa classificação a presença dos serviços e bens de consumo pouco freqüente, pois estes possuem uma localização mais restrita. Dessa forma, considerando a quantidade de funções de consumo pouco freqüente em cada centro funcional, tem-se de acordo com Duarte (1974) três categorias, a saber: os centros funcionais de primeira categoria ou centros equiparados, os quais somam mais de doze funções; os centros funcionais de segunda categoria ou sub-equiparados que apresentam de oito a doze funções, porém sendo estas funções incompletas; e os centros funcionais de terceira categoria ou não equiparados, os quais somam de quatro a sete funções e estão próximos aos centros funcionais de hierarquia superior desempenhando a função de complementaridade.

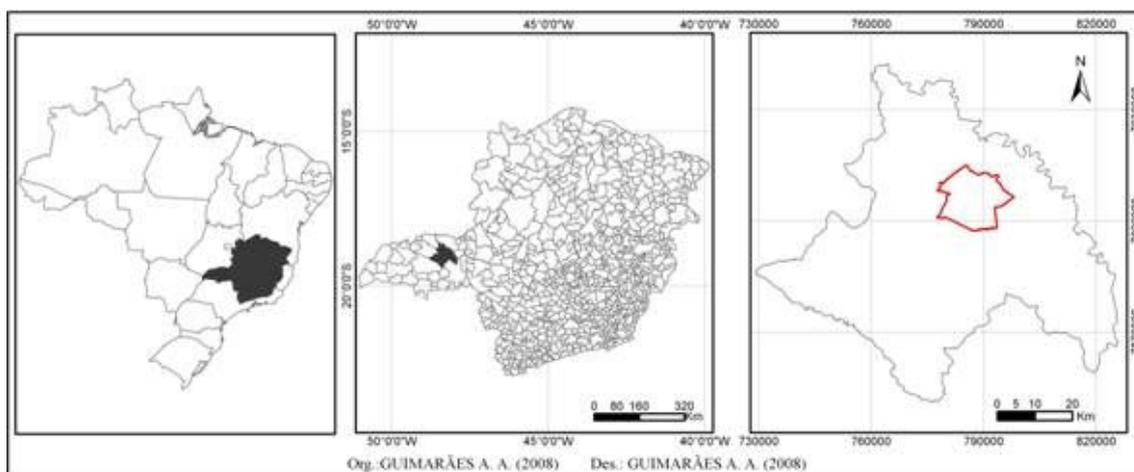
A extensão do alcance de influência do subcentro depende, de acordo com Duarte (1974), de seu equipamento funcional, da existência ou não de outro subcentro, de sua posição geográfica e de seu sítio, dos meios de transporte e comunicação que o ligam à outros pontos, e do padrão socioeconômico de sua população. Dessa forma, há maior influência dos subcentros sobre aquelas áreas mais próximas e/ou mais vinculadas a eles.

Para as atividades comerciais centrais que se alocam em eixos/áreas específicas Cordeiro (1980) e Sposito (1991) utilizam a denominação “desdobramento da área central” para se referir ao processo, pois essas novas centralidades apresentam de forma selecionada certas atividades tradicionalmente centrais, e não são a expansão geográfica – são descontínuas ao centro principal ou aos subcentros. Ademais, esse processo é visto como uma

multiplicação, um desdobramento espacializado na área urbana, dependendo do público a ser atingido.

A Dinâmica Urbana da Cidade de Uberlândia-MG

A cidade de Uberlândia-MG encontra-se localizada na microrregião do triângulo mineiro – mapa 1-, ocupando uma posição geográfica estratégica. Essa posição geográfica estratégica, em certa medida, possibilitou que a cidade apresentasse uma extraordinária dinâmica história de desenvolvimento econômico e social e tirando partido das inovações técnicas e outras de caráter técnico-científico-informacional.



Mapa 1- Uberlândia-MG – Localização do município e da área urbana

O desenvolvimento da cidade foi iniciado ainda no século XVII, com as expedições das Bandeiras no Brasil Central. Mais tarde, no Século XVIII a formação do arraial esteve condicionada à passagem dos mineradores e tropeiros com destino à Goiás e Mato Grosso. Assim, com o fim da mineração, ocorreu a instalação de outras atividades como a agropecuária e agricultura, o que permitiu a fixação de famílias na região desencadeando assim seu crescimento.

Com a definição dos limites das capitânicas de Goiás e Minas Gerais, no século XX, Uberlândia – até então São Pedro do Uberabinha – foi elevada a categoria de município em 31 de agosto de 1888.

Ainda no final do século XIX e início do século XX, as inovações técnicas, associadas às melhorias nos transportes – ferroviários e rodoviários- como, por exemplo, com a criação Mogiana em 1889 e construção da ponte Afonso Pena em 1910, possibilitou que Uberlândia

assumisse o papel de entreposto comercial, constituindo conforme denominou Camacho (2004) um “nó geo-político- econômico” na região.

Desde então, a cidade vem passando por constantes melhorias infra-estruturais, destacando-se a industrialização e a diversificação das atividades de comércio e serviços ocorridas a partir da década de 1940.

Com a construção de Brasília e com o plano de metas observa-se um novo impulso no desenvolvimento da cidade, mediante melhoramentos infra-estruturais, via ampliação da malha rodoviária e implantação de usinas hidrelétricas; reafirmando assim, a condição de entreposto comercial da cidade e favorecendo seu crescimento econômico e demográfico.

Neste sentido, na década de 1970 a base infra-estrutural já consolidada possibilitou que Uberlândia-MG apresentasse formas e conteúdos inerentes ao processo técnico-científico-informacional, fundamentalmente, representados pela expansão das atividades de comércio e serviços. Dessa forma, as atividades de comércio e serviços – neste caso tanto o atacado como o varejista - aproveitaram das condições propícias para se desenvolverem intensamente. Gumiero (2005) destaca que, neste período ocorreu a instalação de novas e diversificadas formas de comércio e serviços na cidade.

Nos anos de 1980 e 1990, mesmo com as crises econômica e habitacional vigentes no país, Uberlândia manteve o seu ritmo de desenvolvimento, com a instalação de firmas nesta cidade, bem como com a expansão do perímetro urbano via construção de novos bairros, tal fato pode ser comprovado ao observar o incremento populacional da cidade, tabela 1.

Tabela 1- Uberlândia - MG: Evolução da População (1970 – 2000).

	1970	1980	1991	2000
Rural	13.240	9.363	8.881	12.218
Urbana	111.466	231.598	357.848	488.270
Total	124.706	240.961	366.729	500.488

Fonte: Censos Demográficos de 1970 a 2000, IBGE.

Conforme a demonstrado na tabela 1, no ano de 1970 a população da cidade era de aproximadamente 125.000 habitantes, trinta anos após já somavam cerca de 500.000 habitantes, portanto com um crescimento demográfico de aproximadamente 301,3 %.

O crescimento econômico e populacional de Uberlândia, e, por conseguinte, do setor terciário explica-se pela expansão do consumo e pela intensificação da divisão territorial do trabalho na cidade. Desta forma, vê-se que devido aos impactos do processo de globalização, às transformações econômicas e produtivas, a redefinição de centralidades deixou de ser restrita aos grandes centros urbanos, chegando também às cidades médias. Neste contexto,

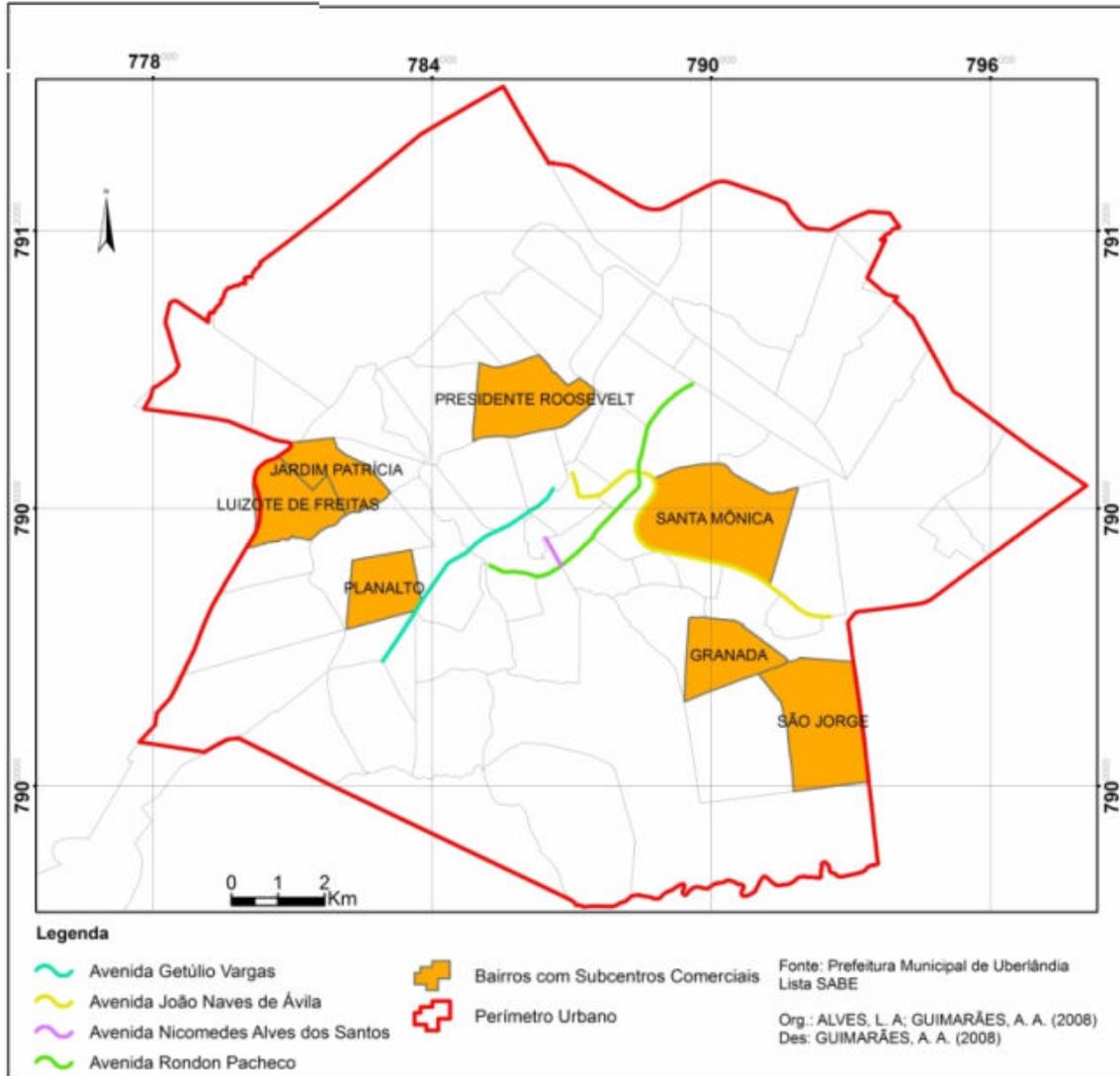
torna-se viável compreender a manifestação das centralidades por meio do desenvolvimento do processo de descentralização e a formação dos subcentros em Uberlândia – MG.

Os Subcentros Tradicionais da Cidade de Uberlândia-MG

O plano diretor da cidade de Uberlândia estabelece em seu capítulo V, seção I, artigo 20, referente ao uso e ocupação do solo do espaço urbano dessa cidade, que são subcentros os bairros: Luizote de Freitas, Tibery, Planalto, São Jorge, Santa Mônica, Santa Luzia, Tubalina e Presidente Roosevelt. No entanto, após estudos bibliográficos que embasaram os trabalhos de campo, identificou-se como subcentros os bairros: Luizote de Freitas/Jardim Patrícia, Santa Mônica, Planalto, São Jorge/Granada e Presidente Roosevelt, os quais estão representados no mapa 2.

Certamente, a ocorrência dessa contradição de informações explica-se pelo fato de que, na elaboração do plano diretor não foram seguidos critérios com embasamento científico, mas critérios técnicos científicos, embasados no traçado das principais vias que cortam a área central. Ao passo que, para o levantamento em campo dos subcentros tradicionais nesse estudo a literatura de estudos geográficos que trata da temática foi considerada essencial. Assim, os modelos e tipologias descritas por teóricos serviram para a definição dos subcentros.

Dentre as concepções de subcentros adotadas, destaca-se as de Villaça (2001), Sposito (1991) e Corrêa (2005), as quais foram alicerces sobre os quais procurou-se definir os subcentros nos trabalhos de campo. Neste sentido, considerou-se que o subcentro tradicional deve apresentar determinadas atividades de comércio que o caracteriza como tal, como por exemplo: lojas de departamento, filiais de lojas do centro, profissionais liberais, restaurantes dentre outras, e não simplesmente a presença de mercearias, bares, padarias e/ou outras pequenas atividades comerciais de pequeno porte - os chamados comércios de bairro -, que embora presentes nos subcentros, não os caracterizam.



Mapa 2- Uberlândia-MG – Localização dos subcentros e eixos comerciais

Dentre os subcentros identificados em Uberlândia, dois deles localizam-se no setor Oeste da cidade, o subcentro do bairro Luizote de Freitas/Jardim Patrícia e o subcentro do bairro Planalto. O primeiro destaca-se como o mais importante subcentro da cidade, uma vez que o mesmo atende a uma quantidade significativa da população. Assim sendo, pode-se inferir que ele possui alcance regional, pois atende não somente a população do bairro, mas também a população dos demais bairros deste setor da cidade, como os bairros: Dona Zulmira, Jardim Europa, Mansour e Tubalina. Neste contexto, pode-se dizer que o subcentro do Luizote de Freitas/Jardim Patrícia é completo e diverso, capaz de atender a maioria das necessidades da população. O segundo, por sua vez, apresenta menor pujança em relação ao primeiro e, conseqüentemente a área de alcance é mais restrita; este subcentro atende, basicamente, à população do bairro Planalto, podendo exercer pequena influência à população do bairro Jaraguá.

No setor Norte da cidade, localiza-se o subcentro do bairro Presidente Roosevelt, o qual atende, fundamentalmente, a população dos bairros Jardim América, Jardim Brasília, Liberdade, Pacaembu e Santa Rosa. Apresentando assim, significativa importância ao atendimento da população residente neste setor da cidade.

No setor Leste de Uberlândia, encontra-se o subcentro do bairro Santa Mônica, o qual atende a população dos bairros Carajás, Pampulha, Santa Luzia, e Segismundo Parreira. Este subcentro consolida-se com a ampliação da Universidade Federal de Uberlândia no Campus Santa Mônica, com as inaugurações do Center Shopping em 1992 e do Centro Administrativo e da Câmara Municipal em 1993. Souza (2008), ao estudar este subcentro, destaca que o mesmo encontra-se concentrado nas avenidas estruturais do bairro, fundamentalmente nos setores 1 e 2 – Baixo e Médio Santa Mônica- nas áreas próximas à UFU e ao Centro Administrativo e intermediária do bairro. Neste sentido, o autor propõe que o subcentro do bairro Santa Mônica é descontínuo, já que ocorrem lacunas de residências nas ruas perpendiculares às avenidas onde localiza o subcentro.

Finalmente, no setor Sul da cidade, encontra-se o subcentro que se estende ao longo dos bairros Granada e São Jorge. Não há como separar o subcentro em função dos limites dos bairros, devido à continuidade de suas atividades de comércio e serviços, assim como, a relação intrínseca dos fluxos da população aos estabelecimentos comerciais daquela área. Neste sentido o subcentro atende, além dos bairros em que está inserido, o Laranjeiras, o Burity e o Santa Luzia.

Considerações Finais

O processo de desenvolvimento urbano conduz à descentralização das atividades tipicamente centrais, e, por conseguinte, ao surgimento de várias novas formas de localização para estas atividades, revelando assim o surgimento de novas centralidades. Essas novas centralidades, por sua vez, modificam a estrutura urbana, já que as características do centro passam a serem reproduzidas em outras áreas da cidade. Com isso, a monocentralidade da cidade é substituída por uma multicentralidade.

Destarte, embora aparentemente a descentralização destrua a centralidade ao produzir as novas centralidades, ao contrário, a reforça. Esse reforço ocorre na medida em que propicia a concentração de atividades em pontos específicos da malha urbana, onde se desenvolve também os setores de transporte e comunicação.

As novas centralidades também são reflexos, ao mesmo tempo, que revelam a segregação sócio-espacial, visto que, a acessibilidade às mesmas é diferenciada dependendo dos grupos sociais. Neste sentido, determinada centralidade, como por exemplo, um subcentro, pode apresentar significado para as classes de baixo e/ou médio poder sócio-econômico localizadas em seu entorno, e não possuir significado para as classes de alto poder sócio-econômico que também residem, por exemplo, em condomínios fechados, nas proximidades desse subcentro. Sendo assim, de acordo com Sposito (1991) esta acessibilidade é socialmente determinada, já que é mediada pelas possibilidades/dificuldades de circulação e transporte, pelo poder maior ou menor de compra, pela distância de moradia, jornada de trabalho entre outros fatores.

Na cidade de Uberlândia, uma cidade de porte médio, observa-se claramente a ocorrência dos processos de descentralização e surgimento de novas centralidades, cujos processos foram propiciados pelo dinamismo da cidade, ligado a sua posição geográfica estratégica, a modernização das atividades agropecuárias, a implementação do Distrito Industrial no final da década de 1960, a consolidação do pólo universitário a partir da criação da Universidade Federal de Uberlândia no ano de 1978, a presença de um dos maiores pólos atacadistas da América Latina, além de uma ótima base infra-estrutural que possibilitou a ocorrência do rápido crescimento populacional, e conseqüente do crescimento econômico e da malha urbana da cidade.

Em decorrência desses fatores, em Uberlândia, tem-se a demanda de novas áreas comerciais para atender ao contingente populacional. Assim, ocorre o processo de descentralização das atividades de comércio e serviços e a formação das novas centralidades, como é o caso dos subcentros.

Todavia, o processo de (re) estruturação urbana impulsionado pela descentralização das atividades de comércio e serviços, deve ser avaliado em função de vários aspectos, não somente o crescimento populacional e territorial, mas também sob a óptica da propriedade privada e acumulação de capitais.

Referências

ANDRADE. T. A.; SERRA. R.V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: _____ (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001a.p. 129-170.

BESSA. Kelly Cristine Fernandes de Oliveira. **Constituição e expansão do meio técnico – científico – informacional em Uberlândia: o lugar na era das redes**. Uberlândia:

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

CAMACHO, José Fernando. **Do povoado ao aglomerado: uma análise sócioeconômica da rede urbana de Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 3ª ed. Tradução de Arlene Caetano.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **Estratégias de reprodução do Capital e as Novas Espacialidades Urbanas: O Comércio de Auto-Serviço em Uberlândia (MG)**. Tese de Doutorado, Unesp, Rio Claro, 2005

CORDEIRO, Helena Kohn. **O centro da metrópole paulistana: expansão recente**. 1980. 184. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, 1980.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

_____. **Trajetórias Geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DUARTE, Haídine da Silva Barros. A Cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 36 (1): 53-98, jan./mar. 1974.

LIMA FILHO, Alberto de Oliveira. **Distribuição Espacial do Comércio Varejista da Grande São Paulo**. São Paulo: Instituto de Geografia – USP, Série Teses e Monografias, 15, 1975.

PINTAUDI, Silvana Maria. O *shopping centers* no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, Silvana Maria e FRÚGOLI Jr., Heitor (orgs): **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL D UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº. 432, de 19 de outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor do município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes para sua implantação, revoga a Lei Complementar nº. 078 de 27 de abril de 1994 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Uberlândia, MG, 23 out. 2006. Ano XVIII, nº. 2541-A.

RIBEIRO FILHO, Vitor. **A Configuração da Área Central de Manaus e sua Dinâmica Recente**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ.

RIGATTI, Décio. Centros urbanos e movimento da centralidade. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 10, 2003, Belo Horizonte (MG). Encruzilhadas do planejamento: repesando teorias e práticas, anais. Belo Horizonte: ANPUR, 2003. (Disponível em CD – ROM).

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador**. Salvador: Universidade da Bahia/Livraria Progresso Editora, 1958.

SERPA, Vera Schrader. **“O Sub-Centro Comercial do Méier: contribuição do estudo da estrutura varejista intra-urbana derivada do processo de descentralização da metrópole do Rio de Janeiro**. 1991. Dissertação (Mestrado) – PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro.

SOARES, B. R. **Uberlândia: Da cidade Jardim ao Portal do Cerrado – Imagens e Representações no Triângulo Mineiro**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1995

SOUZA, M.V.M. **Novas Centralidades nas Cidades Médias: Análise do Subcentro do Bairro Santa Mônica, Uberlândia (MG)**. Monografia Instituto de Geografia. Uberlândia.2008.

SPOSITO, M.E.B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 10, p.1-18. 1991.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006. p.277-299.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.